



## **IRFS-2004: ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE FISCAL, SOCIAL E DE GESTÃO DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL EM 2004**

\*Equipe Técnica da CNM

### INTRODUÇÃO

A elaboração do Índice de Responsabilidade Fiscal, de Gestão e Social (IRFS) dos Municípios do Brasil tem por objetivo estimular e disseminar ainda mais a cultura da responsabilidade administrativa entre as prefeituras brasileiras, introduzindo na avaliação da administração municipal novas dimensões além da puramente fiscal, concebida conforme diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tais como o desempenho social e a gestão eficiente dos recursos públicos. De um ponto de vista mais amplo, a responsabilidade de um prefeito não pode se resumir à obtenção de superávits primários e à observância de limites de endividamento. A grande maioria dos municípios brasileiros não possui sequer dívida convencional e, dessa forma, não precisa necessariamente gerar superávit primário para manter suas contas equilibradas. Por isso, a responsabilidade de um gestor público municipal deve abranger outras dimensões não contempladas originalmente pela LRF, como o nível de investimento do governo, a probidade com o dinheiro público e o nível de atendimento a demandas sociais. Infelizmente, não são raros os casos em que, para obedecer aos limites da lei fiscal, os entes públicos são estimulados a sacrificar alguns desses outros itens que contam para uma boa administração.

Coerente com essa visão, o conceito de responsabilidade aqui abordado possui três dimensões: a puramente fiscal, restrita aos limites da LRF; a social, relacionada às áreas de saúde e educação, e uma terceira denominada de responsabilidade interna ou eficiência de gestão. Na prática, essa dimensão interna busca dimensionar a responsabilidade na gestão de recursos públicos, a qual pode ser negativamente relacionada aos gastos com atividades meios, como o custeio da máquina pública e o Legislativo municipal, e positivamente relacionada ao esforço de investimento, que é uma atividade essencialmente finalística. Todavia, o investimento não é a única atividade finalística, o que justifica a necessidade de incluir-se na avaliação de responsabilidade uma dimensão social correspondente aos deveres de Estado. Neste estudo, tal responsabilidade é avaliada pelo gasto e pelo atendimento prestado nas áreas de saúde e educação, buscando-se para tanto dados em outros bancos de dados, como o Censo Escolar, o Inep/MEC e o Datasus.

A avaliação das administrações por índices, compostos por diversos indicadores, é obviamente limitada, porque abarcam apenas alguns aspectos específicos selecionados num determinado momento de uma realidade. Expressam, assim, um retrato de um momento ou intervalo único de tempo bem definido: o ano de 2004. Não traduzem as mudanças ocorridas ou produzidas num intervalo histórico de tempo. Contudo, buscou-se focalizar indicadores bastante representativos dos três temas focados: da responsabilidade fiscal, de gestão e social. Em relação a outros estudos ou técnicas, como do Balanced Scorecard de organizações (BSC), são bastante completos e atualizados, apenas deixando de abarcar indicadores ou perspectivas relacionados à renovação e aprendizagem, não incluídos por falta de dados suficientemente adequados. Ao verificarem suas respectivas posições nos rankings dos municípios do Brasil, as administrações municipais, assim como estudiosos e profissionais em geral, podem tecer estratégias para alterarem e principalmente melhorarem suas performances administrativas, visando a tornar as administrações mais efetivas, coerentes, próximas e sintonizadas com as suas respectivas comunidades.

### APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES

Em conformidade com os objetivos enumerados, foram criados três diferentes índices de responsabilidade: fiscal, de gestão e social. Cada um desses índices é composto por vários indicadores específicos extraídos fundamentalmente do banco de dados das Finanças dos Municípios do Brasil (Finbra), que é disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e reproduz as informações

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

prestadas pelos próprios entes no Balanço Anual. Esses balanços contêm dados do Ativo, do Passivo, da Despesa e da Receita de cada município. A partir desses dados, seguindo orientações da STN, calcularam-se os indicadores relacionados à LRF e, adicionalmente, foram também construídos outros indicadores que refletem o desempenho em duas outras esferas avaliadas pelo índice (de eficiência da gestão e responsabilidade social), que foram obtidos a partir de dados do Censo Escolar, disponibilizados pelo INEP/MEC; assim como de dados da área da saúde, coletados e divulgados pelo Datasus. As 3 áreas, esferas, critérios ou ainda dimensões de avaliação do índice IRFS são os seguintes:

**Fiscal – Endividamento, Suficiência de Caixa e Gasto de Pessoal.**

**Gestão – Custeio da Máquina, Legislativo e Esforço de Investimento.**

**Social – Gasto e Desempenho em Saúde e Educação.**

De modo sucinto, o **Endividamento** corresponde ao valor da dívida consolidada líquida dividido pela receita corrente líquida (RCL); a **Suficiência de Caixa** equivale à diferença entre os haveres financeiros e os restos a pagar dividido pela RCL; e o **Gasto de Pessoal** corresponde à despesa líquida nesse item dividida pela RCL. Ou seja, tem-se exatamente os limites estabelecidos pela LRF. A memória de cálculo desses e dos demais indicadores é apresentada em detalhes nos Anexos (item 1).

No caso da **Gestão**, buscou-se desenvolver conceitos de indicadores compatíveis com os dados disponíveis no Finbra e que, ao mesmo tempo, complementassem os indicadores fiscais e sociais. Ou seja, tratou-se de identificar gastos que fogem ao controle direto da LRF, como as Despesas de custeio e com o Legislativo municipal, e comparar a magnitude dos Investimentos com as despesas correntes primárias (Outras Despesas Correntes-ODC + Pessoal).

Como **Custeio da máquina administrativa**, foi considerada apenas uma parte das Outras Despesas Correntes (ODC), particularmente os elementos de despesa que estão associados à contratação de serviços de terceiros ou indenização de servidores, como diárias de viagens e despesas de locomoção. A decisão de selecionar alguns itens e não considerar toda a ODC se deveu à seguinte razão: focar alguns elementos de despesa que, na prática, são substitutos ou acréscimos das despesas com pessoal por essência. Foram excluídos dessa seleção o item de despesa “Materiais de Consumo”, pela impossibilidade de saber quanto dele é destinado à compra de medicamentos (aspecto que não pode ser associado a uma visão negativa de custeio da máquina). O valor dos itens de Despesa de custeio foram somados e então divididos pela RCL de cada município.

Para avaliar a **Despesa na Função Legislativa**, foram considerados dois aspectos ou sub-indicadores: o gasto relativo na função em relação à RCL, assim como o gasto *per capita*. Dessa forma, foram identificados municípios que tanto apresentam gastos excessivos em relação à RCL, quanto ao tamanho de sua população.

Por fim, a taxa de **Investimento** foi calculada dividindo o valor informado como investimento pelo valor da despesa corrente primária do município, que engloba Pessoal e Encargos e ODC. Assim procedendo, tem-se uma idéia de quanto um município é capaz de gerar de investimento para cada real de despesa corrente.

Para o cálculo do índice de **Responsabilidade Social**, recorreu-se a dois indicadores, relacionados respectivamente aos setores da saúde e educação, normalmente considerados como os setores sociais mais representativos. Em relação a cada um, avaliou-se a performance dos municípios de acordo com alguns dados do Datasus e o gasto proporcional no setor em relação à RCL. No caso da Saúde, decidiu-se incluir os gastos declarados na função saneamento e excluir o valor das transferências do SUS tanto da despesa quanto da RCL, com o objetivo de dimensionar o esforço com as demais receitas.

Buscou-se junto ao Datasus a Média de Consultas Médicas por habitante no ano de 2004 e também o percentual de Cobertura vacinal naquele ano.

Para o cálculo do indicador de Educação, buscou-se junto ao Banco de Dados do Censo Escolar do INEP a quantidade de Matrículas da rede municipal de ensino e dividiu-se pela população do

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

município, obtendo-se o percentual da população que frequenta a rede municipal de ensino; também se utilizou o sub-indicador Taxa de abandono escolar da rede municipal de ensino do MEC no ano de 2003, última informação oficial.

## AMOSTRA

Neste estudo foram incluídos apenas os municípios que apresentaram seus Balanços Anuais à STN no ano de 2004, de acordo com o artigo 51 da LRF. Tais balanços estão consolidados no Finbra. Do total de 5.560 municípios brasileiros (vide quadro 1), 4.285 estão sendo avaliados (vide quadro 2). Como pode ser visto, os percentuais de participação da amostra são muito semelhantes aos percentuais gerais, identificando-se pequenas diferenças a mais nas classes de municípios grandes (acima de 100 mil habitantes) e de municípios bem pequenos (abaixo de 5 mil habitantes), em que ocorrem presenças levemente superiores na amostra aos previstos de forma geral ou universal. Pode-se verificar, inclusive, que todos os municípios com mais de 100.000 habitantes entregaram seus balanços, estando todos presentes nesta amostra.

Os percentuais da amostra comparados com os percentuais gerais permitem afirmar que a amostra é altamente representativa.

<b>Classes de tamanho da população</b>	<b>Nº Municípios</b>	<b>%</b>
Até 5.000	1.371	24,66
De 5.001 a 20.000	2.666	47,95
De 20.001 a 100.000	1.292	23,24
De 100.001 a 500.000	198	3,56
Mais de 500.000	33	0,59
<b>Total</b>	<b>5.560</b>	<b>100,00</b>

Quadro 1 - Fonte: IBGE 2004

<b>Faixas populacionais da amostra</b>	<b>Nº Municípios</b>	<b>%</b>
Até 5.000	1.062	24,78
De 5.001 a 20.000	1.971	46,00
De 20.001 a 100.000	1.021	23,83
De 100.001 a 500.000	198	4,62
Mais de 500.000	33	0,77
<b>Total</b>	<b>4.285</b>	<b>100,00</b>

Quadro 2 - Fonte: Finbra

Na amostra de municípios presentes no FINBRA de 2004, os Estados melhor representados são, pela ordem: Rondônia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Acre. É provável que essas participações mais expressivas nesses Estados resultem de elevados e vigilantes esforços dos respectivos Tribunais de Contas. Os Estados com menores participações na amostra são: Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins e Bahia.

Estados	Amostra	Municípios	%
AC	20	22	90,91
AL	88	102	86,27
AM	48	62	77,42
AP	8	16	50,00
BA	257	417	61,63
CE	135	184	73,37
DF	0	1	0,00
ES	63	78	80,77
GO	190	246	77,24
MA	117	217	53,92
MG	674	853	79,02
MS	71	77	92,21
MT	112	139	80,58
PA	50	143	34,97
PB	154	223	69,06
PE	155	185	83,78
PI	139	222	62,61
PR	357	399	89,47
RJ	78	92	84,78
RN	123	167	73,65
RO	50	52	96,15
RR	13	15	86,67
RS	451	496	90,93
SC	271	293	92,49
SE	59	75	78,67
SP	519	645	80,47
TO	83	139	59,71
Brasil	4285	5 560	77,07

Quadro 3 – Distribuição da amostra de municípios por Estados.

## METODOLOGIA

Para viabilizar a comparação de diferentes índices e indicadores e construir um índice geral a partir de todos, suas amplitudes foram uniformizadas, transformando linearmente os dados originais para dentro de escalas variando de 0 até 1, em que o valor mínimo indica a pior situação possível; e o 1, a melhor situação. O uso de escalas variando de 0 até 1 é tradicional na composição de índices e indicadores. Da mesma forma como no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, da ONU), os indicadores variam de forma linear; a peculiaridade nesse estudo da CNM foi a imputação de um ponto 0,5 na escala para o valor médio dos municípios no respectivo indicador. Assim, entre o intervalo de 0 até 1, criaram-se duas retas: do valor 0 (indicativo da pior situação) até 0,5 (indicativo da média); e deste valor 0,5 até o valor 1,0 (indicativo da melhor situação). No Anexo 2, são apresentadas as fórmulas e os gráficos correspondentes às funções lineares usadas nas conversões.

Para mínimo e máximo dos indicadores, foram imputados discricionariamente os extremos a partir de uma análise dos desvios-padrões da amostra-base de 2004, atribuindo os valores de escala 0 e 1 àqueles municípios que possuísem valores dos indicadores além dos limites definidos. Tal critério foi usado porque existiam indicações de que, em muitos casos, o “máximo” ou “mínimo” real da amostra refletiam um erro de preenchimento dos formulários do Balanço Anual ou casos anômalos isolados. Nos casos dos indicadores de despesa de pessoal, custeio e Legislativo com valor zero, em particular, foi atribuído indicador “zero” no quesito avaliado, porque o “zero”, nesse caso, corresponde à falta de informação. Caso não fosse procedido assim, a ausência de informação implicaria um prêmio à

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

omissão de um município. Pelo procedimento adotado, um município omissor é, ao contrário, penalizado.

Apesar desse ajuste, permaneceram na amostra, com indicadores próximos de 1, os municípios que informaram despesas em valor bastante baixo. É provável que, na maior parte dos casos, esses valores também correspondam a erros de preenchimento das tabelas, mas não seria possível selecioná-los, a não ser que fosse definido de forma discricionária um limite mínimo maior do que “zero”, a partir do qual seus índices também seriam anulados. Buscou-se identificar e corrigir alguns erros de preenchimento dos Balanços Anuais, mas tal trabalho foi restrito a poucos casos identificados.

## PANORAMA DA EVOLUÇÃO RECENTE DOS INDICADORES

A partir dos balanços anuais, foram realizadas algumas comparações entre os dados globais dos anos de 2003 e 2004 e foram obtidos os seguintes resultados:

	<b>Endividamento</b>	<b>Suficiência de Caixa</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Custeio da Máquina</b>	<b>Legislativo /RCL</b>	<b>Investimento /DCOR</b>	<b>SAUDE +SAN/RCL</b>	<b>EDUCAÇÃO/RCL</b>
Médias de 2004	7,3%	0,63%	40,6%	20,8%	3,6%	12,6%	15,8%	26,9%
Médias de 2003	10,4%	-1,82%	45,8%	23,2%	4,5%	11,6%	18,9%	30,5%
2004/2003	-42,9%	387,7%	-12,77%	-11,8%	-26,1%	8,2%	-19,8%	-13,5%

Pode-se afirmar que os municípios brasileiros estavam menos endividados em 2004 do que em 2003, com mais suficiência de caixa, gastaram menos com pessoal, gastaram menos com o Legislativo e reduziram o custeio da máquina administrativa, mas também investiram menos, percentualmente, em saúde-saneamento e menos em educação.

## RESUMO DOS RESULTADOS

Os resultados aqui apresentados se referem aos indicadores e decorrentes índices já convertidos para a escala de 0 a 1 para o ano de 2004. Inicialmente, será apresentado o ranking dos 10 municípios melhor posicionados no quesito fiscal, que corresponde a uma média dos três principais indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal: endividamento líquido sobre receita corrente líquida; restos a pagar em comparação com disponibilidades financeiras; e despesa líquida de pessoal sobre RCL.

Como se pode ver abaixo, esse ranking é liderado pelo município de Poços de Caldas (MG), seguido por Santa Helena de Goiás (GO) e outros municípios do Sul e Sudeste do Brasil, geralmente beneficiados pela condição de entes novos, sem dívida e passivo previdenciário, ou beneficiados pela condição de possuírem elevado coeficiente relativo de participação no ICMS. Destaca-se o fato de que, entre os 100 municípios com melhor índice fiscal, há 50 do Rio Grande do Sul, 17 de São Paulo, oito de Minas Gerais, cinco do Paraná, três do Rio de Janeiro e 17 de todos os outros Estados juntos.

<b>Município</b>	<b>Endividamento</b>	<b>Disponibilidade</b>	<b>Pessoal</b>	<b>ÍNDICE FISCAL</b>
------------------	----------------------	------------------------	----------------	----------------------

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

Poços de Caldas/MG	0,953	0,857	0,592	0,801
Santa Helena de Goiás/GO	0,955	0,909	0,496	0,787
São Sebastião do Oeste/MG	0,984	0,938	0,418	0,780
São José do Hortêncio/RS	0,846	0,794	0,682	0,774
São José dos Campos/SP	0,835	0,854	0,539	0,742
Rio das Ostras/RJ	0,748	0,684	0,760	0,731
Dois Irmãos do Tocantins/TO	0,694	0,654	0,810	0,720
Paty do Alferes/RJ	0,879	0,823	0,421	0,708
Erebango/RS	0,792	0,757	0,566	0,705
Chapada/RS	0,779	0,736	0,596	0,704

<b>A distribuição geográfica dos 100 melhores Índices Fiscais:</b>	
<b>Estados</b>	<b>Nº Municípios</b>
RS	50
SP	17
MG	8
PR	5
RJ	3
GO	2
MA	2
PA	2
PI	2
RR	2
AL	1
CE	1
MT	1
PB	1
RO	1
SC	1
TO	1

Em seguida, gerou-se o ranking para o Índice de Gestão ou Responsabilidade Interna, que busca medir a forma como o município está gastando seus recursos. As seguintes dimensões são avaliadas nesse índice: o peso do custeio da máquina administrativa, medido a partir de itens selecionados da ODC e ponderados pela RCL; o gasto declarado na função Legislativa dividido pela população do município e pela RCL; e a eficiência do gasto, dada pela relação entre o valor total dos investimentos em comparação com as despesas correntes primárias (Pessoal e ODC).

<b>Município</b>	<b>Custeio da Máquina</b>	<b>Legislativo</b>	<b>Investimento/DCOR</b>	<b>ÍNDICE GESTÃO</b>
Buriti Bravo/MA	0,940	0,663	0,869	0,824
São Sebastião/AL	0,929	0,901	0,541	0,790
Toledo/MG	0,711	0,915	0,648	0,758
Guaraciaba/SC	0,651	0,781	0,822	0,752
Passa Sete/RS	0,984	0,567	0,697	0,750
Barra do Garças/MT	0,687	0,720	0,834	0,747
Campo Bom/RS	0,699	0,763	0,753	0,738
Tocos do Moji/MG	0,538	0,775	0,897	0,737
Maraã/AM	0,850	0,747	0,596	0,731
Santa Cruz de Monte Castelo/PR	0,733	0,895	0,558	0,729

<b>A distribuição geográfica dos 100 melhores índices de Gestão</b>	
<b>Estados</b>	<b>Nº Municípios</b>

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

RS	16
MG	13
SC	13
PR	10
SP	8
AM	7
MT	6
RJ	5
AL	4
MA	3
RO	3
BA	2
PE	2
AC	1
CE	1
ES	1
MS	1
PA	1
PI	1
RN	1
TO	1

Conforme pode ser constatado, nenhum dos municípios anteriormente destacados até a 10<sup>a</sup>. posição pelo desempenho fiscal está entre os que apresentam melhor gestão. Existe uma relação importante e consistente entre Responsabilidade Fiscal e Responsabilidade Interna, conforme pode ser verificado logo adiante, mas tal relação não é observada entre os grupos que lideram os respectivos índices. Esse fenômeno pode refletir que pelo menos uma parte dos municípios destacados no quesito fiscal tenha tal folga de recursos que não se preocupe em economizar recursos em custeio ou no Legislativo, principalmente. Uma outra hipótese para esta baixa incidência demonstrada é de que um índice 1 ou próximo da unidade obtido por vários municípios acima nos quesitos da gestão (responsabilidade interna) reflita erro de informação. Como já foi assinalado, uma despesa em custeio ou Legislativo muito baixa, mas diferente de zero, acaba gerando um índice próximo de 1.

Entre os 100 maiores índices, o Rio Grande do Sul continua sendo o Estado melhor colocado no ranking, mas desta vez com apenas 16 municípios, seguido de perto por Minas Gerais e Santa Catarina, cada um com 13 municípios.

Por fim, foi avaliada uma terceira dimensão: o desempenho social do município, medido por uma série de indicadores nas áreas de saúde e educação, tanto do ponto de vista do volume de recursos mobilizado para as duas áreas, quanto do resultado obtido com esses recursos em termos de atendimento à população.

Um dado surpreendente é que metade dos 10 municípios melhor colocados nesse quesito são de São Paulo e a outra metade de municípios do Nordeste ou Centro-Oeste. É possível que esse resultado esteja influenciado, no caso do Nordeste, pela reduzida receita e proporcionalmente elevada despesa com educação e saúde. Ou seja, municípios pobres tenderiam a concentrar seu esforço fiscal na área social.

Município	Saúde	Educação	INDICE SOCIAL
Monteiro Lobato/SP	0,910	0,768	0,839
Inhumas/GO	0,907	0,551	0,729
São José do Barreiro/SP	0,782	0,664	0,723
Jati/CE	0,599	0,844	0,721
Itagimirim/BA	0,757	0,681	0,719

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

Bernardino Batista/PB	0,761	0,676	0,718
Bento de Abreu/SP	0,866	0,570	0,718
Barra do Turvo/SP	0,835	0,595	0,715
Olho d'Água do Piauí/PI	0,803	0,616	0,709
Itirapuã/SP	0,739	0,667	0,703

Quando tomamos os 100 melhores índices, verificamos melhor a situação: 54 municípios paulistas estão nesse grupo, seguido de seis de Goiás e cinco do Ceará e Santa Catarina. Das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, temos 36 municípios do conjunto entre os 100; ou 46 restantes, quando excluído o Estado de São Paulo. Os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais não apresentam nenhum município nesse ranking. Posteriormente, vamos apresentar a média de cada Estado, em cada índice, para comparar o desempenho social dos municípios do Sul e Sudeste com os do Norte e Nordeste.

<b>A distribuição geográfica dos 100 melhores índices de Responsabilidade Social</b>	
<b>Estados</b>	<b>Nº Municípios.</b>
SP	54
GO	6
CE	5
SC	5
BA	4
PR	4
MA	3
PI	3
AC	2
MS	2
MT	2
PA	2
SE	2
TO	2
ES	1
PB	1
PE	1
RN	1

O próximo passo do processo de avaliação quantitativa dos municípios foi a transformação dos três diferentes índices em apenas um índice geral, por meio de algum tipo de média. A opção adotada pelo estudo foi de atribuir um peso de 50% ao índice fiscal, já que este índice é composto por indicadores da LRF, e dividir os 50% restantes pelos dois outros índices, dando 30% de peso à responsabilidade interna (que está lastreado, no estudo, por 3 indicadores) e 20% ao social (lastreado, no estudo, por dois indicadores), que na presente simulação é constituído apenas por indicadores de gasto e atuação, e não por resultados propriamente dito.

<b>Município</b>	<b>FISCAL</b>	<b>GESTÃO</b>	<b>SOCIAL</b>	<b>IRFS Geral</b>	<b>Ranking Fiscal</b>	<b>Ranking Gestão</b>	<b>Ranking social</b>
São José do Hortêncio/RS	0,774	0,665	0,521	0,691	4	68	1685
Poços de Caldas/MG	0,801	0,561	0,433	0,655	1	734	3691
Rio das Ostras/RJ	0,731	0,683	0,416	0,654	6	46	3883
Mariana Pimentel/RS	0,629	0,668	0,627	0,640	94	64	120
Cerquilha/SP	0,658	0,623	0,618	0,640	41	193	163

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

Aratiba/RS	0,682	0,695	0,450	0,639	17	33	3420
Tupandi/RS	0,629	0,695	0,552	0,633	93	32	920
Orlândia/SP	0,655	0,600	0,623	0,632	49	317	138
São Sebastião do Oeste/MG	0,780	0,452	0,532	0,632	3	2702	1387
Dois Irmãos do Tocantins/TO	0,720	0,630	0,402	0,629	7	160	3983

Como pode ser verificado, o município de São José do Hortêncio (RS) é o líder geral da lista, seguido por Poços de Caldas (MG), Rio das Ostras (RJ), Mariana Pimentel (RS) e Cerquilha (SP). Estes dois últimos não aparecem em nenhum dos rankings anteriores das listas dos 10 melhores por índices, mas apresentam uma boa colocação média em todos eles, o que acaba lhes garantindo uma ótima posição no conjunto. Em geral, os municípios que lideram o ranking fiscal e da responsabilidade interna têm baixa pontuação no social. Entre os 100 primeiros no ranking geral, o Rio Grande do Sul se destaca com 39 municípios, seguido por São Paulo (19) e Santa Catarina (14).

<b>A distribuição geográfica dos 100 melhores índices de Responsabilidade Geral</b>	
<b>Estados</b>	<b>Nº Municípios</b>
RS	39
SP	19
SC	14
MG	6
RJ	4
MA	3
MT	3
AM	2
BA	2
PR	2
AL	1
MS	1
PA	1
RN	1
RR	1
TO	1

## COMPARAÇÕES

Ao comparar os diferentes rankings, podemos verificar que os municípios com melhor desempenho fiscal em geral possuem um desempenho apenas mediano no quesito da responsabilidade interna e fraco no social. Entre os 100 melhores índices fiscais, por exemplo, encontramos 39 municípios com índice de responsabilidade interna acima da média e, de forma contraditória, 57 municípios com responsabilidade social abaixo da média.

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

Verificando o mesmo para os 100 municípios com melhor índice de responsabilidade interna, por sua vez, detectamos a mesma coisa: o desempenho fiscal é mediano (70 municípios acima da média, e 30 abaixo da média) e o social muito fraco, indicando igualmente uma contradição: nada menos que 52 municípios apresentam índice social abaixo da média de 0,5.

Por fim, ao repetir o procedimento para o ranking dos 100 melhores índices sociais, verificamos um desempenho fraco em média tanto na área fiscal quanto da responsabilidade interna. O índice médio desse ranking é de 0,493 no fiscal e 0,471 na responsabilidade interna. Existem 53 entre os 100 municípios com índice de responsabilidade interna abaixo de 0,5.

Ou seja, os municípios que menos cumprem a responsabilidade fiscal e interna tendem a concentrar seu esforço administrativo em oferecer serviços de saúde e educação, sem preocupar-se tanto com o aspecto fiscal ou com investimentos em infra-estrutura. Mas quando apuramos a média final dos três índices, a situação fica um pouco mais equilibrada, como se vê pelas médias. Ainda assim, encontramos entre os 100 melhores índices finais 36 municípios com índice social abaixo de 0,5 e apenas cinco abaixo da média da responsabilidade interna. No quesito fiscal, todos estão acima de 0,5.

<b>Índices médios dos 100 primeiros municípios</b>				
<b>Índice</b>	<b>Ranking Fiscal</b>	<b>Ranking Gestão</b>	<b>Ranking Social</b>	<b>Ranking Geral</b>
<b>Fiscal</b>	0,660	0,535	0,493	0,630
<b>Gestão</b>	0,510	0,686	0,471	0,608
<b>Social</b>	0,488	0,499	0,665	0,527

A seguir, procedemos uma análise das médias por Estado. O quadro IV permite extrair as seguintes observações:

- Melhores médias de Índices Fiscais: Roraima, Rio Grande do Sul, Piauí, Tocantins e Amazonas.
- Melhores médias de Índices de Responsabilidade Interna, Amazonas, Acre, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná.
- Melhores médias de Índices de Responsabilidade Social, São Paulo, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina e Ceará.
- Melhores médias Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Acre e Piauí.
- Piores médias Gerais: Sergipe, Amapá, Goiás, Maranhão e Pernambuco.

### Comparativos entre os Estados

<b>UF</b>	<b>ÍNDICE FISCAL</b>	<b>Ranking</b>	<b>ÍNDICE GESTÃO</b>	<b>Ranking</b>	<b>ÍNDICE SOCIAL</b>	<b>Ranking</b>	<b>IRFS Geral</b>	<b>Ranking Índice Total</b>
AC	0,499	20	0,528	2	0,502	7	0,508	4
AL	0,502	18	0,492	8	0,492	16	0,497	13
AM	0,523	5	0,543	1	0,469	22	0,518	3
AP	0,497	21	0,388	25	0,427	25	0,450	25
BA	0,509	11	0,459	14	0,497	10	0,492	16

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

CE	0,509	12	0,455	16	0,517	5	0,494	14
ES	0,506	14	0,496	7	0,497	8	0,501	9
GO	0,506	16	0,409	23	0,497	9	0,475	24
MA	0,520	7	0,394	24	0,492	17	0,476	23
MG	0,490	24	0,485	10	0,467	23	0,484	18
MS	0,507	13	0,435	20	0,493	14	0,482	19
MT	0,521	6	0,484	11	0,484	21	0,502	8
PA	0,520	9	0,471	13	0,496	11	0,500	11
PB	0,500	19	0,438	19	0,488	19	0,479	21
PE	0,478	25	0,472	12	0,486	20	0,478	22
PI	0,534	3	0,418	22	0,527	2	0,498	12
PR	0,505	17	0,501	5	0,524	3	0,508	5
RJ	0,506	15	0,447	18	0,466	24	0,480	20
RN	0,513	10	0,455	17	0,502	6	0,493	15
RO	0,495	22	0,524	4	0,494	13	0,504	7
RR	0,552	1	0,435	21	0,419	26	0,490	17
RS	0,548	2	0,497	6	0,496	12	0,522	2
SC	0,520	8	0,527	3	0,522	4	0,522	1
SE	0,473	26	0,328	26	0,491	18	0,433	26
SP	0,492	23	0,488	9	0,561	1	0,505	6
TO	0,530	4	0,458	15	0,493	15	0,501	10

Quadro IV – Médias dos índices por Estados

### Relações entre os diferentes Índices

As relações ou associações, sem relações de causa e efeito, entre os índices Fiscal, de Gestão, Social e Total podem ser obtidas pela técnica de Correlações. O quadro a seguir mostra os resultados obtidos para a amostra de 4.285 municípios.

	FISCAL	GESTÃO	SOCIAL	TOTAL
FISCAL	1,00	0,052 **	-0,043 **	0,627 **
GESTÃO	0,052 **	1,00	0,069 **	0,742 **
SOCIAL	-0,043**	0,047 **	1,00	0,342**
TOTAL	0,627 **	0,742 **	0,342 **	1,00

\* Significante ao nível de 5% (a expressão significativa pode ser traduzida por “risco de erro de afirmação”)

\*\* Significante ao nível de 1%

O quadro de resultados permite afirmar que:

- Existe uma associação positiva fraca, mas certa, entre o índice fiscal e responsabilidade interna;
- Existe uma associação negativa fraca, mas certa, entre os índices fiscal e social;
- Existe uma associação positiva fraca, mas certa, entre os índices de responsabilidade interna e social;
- Existe uma associação positiva forte e certa entre os índices de responsabilidade interna e Total;

### Associações entre Indicadores e Índices

	Fiscal	Gestão	Social	Total
Endividamento	0,778 **	0,062 **	0,048 **	0,528 **
Suficiência de	0,723 **	0,150 **	-0,015	0,535 **

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

<b>Caixa</b>				
<b>Despesa Pessoal</b>	<b>0,710 **</b>	<b>-0,043 **</b>	<b>-0,102 **</b>	<b>0,367 **</b>
<b>Gasto Legislativo</b>	<b>-0,148 **</b>	<b>0,390</b>	<b>-0,157 **</b>	<b>0,101 **</b>
<b>Legislativo / RCL</b>	<b>0,178 **</b>	<b>0,497 **</b>	<b>0,040 *</b>	<b>0,443 **</b>
<b>Investimento / Desp Cor</b>	<b>0,223 **</b>	<b>0,643 **</b>	<b>0,102 **</b>	<b>0,610 **</b>
<b>Custeo da Máquina</b>	<b>-0,140 **</b>	<b>0,442 **</b>	<b>0,017</b>	<b>0,223 **</b>
<b>Educação / RCL</b>	<b>-0,109 **</b>	<b>-0,010</b>	<b>0,330 **</b>	<b>0,033 *</b>
<b>Matric / Popul</b>	<b>0,056 **</b>	<b>-0,133 **</b>	<b>0,308 **</b>	<b>0,037 *</b>
<b>Taxa Aband Escolar</b>	<b>0,088 **</b>	<b>0,179 **</b>	<b>0,316 **</b>	<b>0,278 **</b>
<b>Média Cons. Médicas</b>	<b>0</b>	<b>-0,033 *</b>	<b>-0,061 **</b>	<b>-0,043 **</b>
<b>Cobert vacinal</b>	<b>0,028</b>	<b>-0,065 **</b>	<b>0,361 **</b>	<b>0,088 **</b>
<b>Saúde + sanem / RCL*</b>	<b>-0,100 **</b>	<b>0,088 **</b>	<b>0,572 **</b>	<b>0,182 **</b>

\* Significância ao nível de 5%

\*\* Significância ao nível de 1%

**O quadro de resultados obtidos pela técnica estatística de correlações sobre índices e indicadores permite afirmar que:**

**a) “Menor endividamento de Municípios” relaciona-se:**

- de forma direta, forte e certa, com bom desempenho fiscal;
- de forma direta e certa, embora de forma fraca, com a Gestão e social;
- de forma direta, bastante forte, e certa, com o índice geral;

**b) “Suficiência de Caixa” relaciona-se:**

- de forma direta, forte e certa, com bom desempenho fiscal;
- de forma direta e certa, embora de forma fraca, com a Gestão;
- de forma inversa, mas incerta e de forma fraca, com a responsabilidade social (quem cuida de provisões de caixa, tende a investir menos no social);
- de forma direta, bastante forte, e certa, com o índice geral;

**c) “Controle da Despesa de Pessoal” relaciona-se:**

- de forma direta, forte e certa, com bom desempenho fiscal;
- de forma inversa e certa, embora de forma bem fraca, com a Gestão;
- de forma inversa e certa, de forma fraca, com a responsabilidade social (quem cuida dos gastos de pessoal, tende a investir menos no social);
- de forma direta, com intensidade razoável, mas certa, com o índice geral;

**d) “Gasto per capita do Legislativo” relaciona-se:**

- de forma inversa, fraca, mas certa, com bom desempenho fiscal (os municípios com maiores gastos per capita no Legislativo tendem a cuidar menos do desempenho fiscal);
- de forma direta, com intensidade razoável, mas incerta, com a Gestão (não existe uma associação certa entre gasto per capita do legislativo e responsabilidade fiscal);
- de forma inversa e certa, de forma fraca, com a responsabilidade social (quem gasta mais com o legislativo, tende a investir menos no social);
- de forma direta, de maneira fraca mas certa, com o índice geral (os municípios que gastam mais com o legislativo, geralmente por terem mais capacidade financeira, conseguem também cumprir um pouco melhor o índice geral);

**e) “Controle do Gasto percentual do Legislativo em relação à RCL” relaciona-se:**

- de forma direta, embora fraca e certa, com o índice de responsabilidade fiscal (os municípios com menores gastos percentuais no Legislativo tendem a ter maior responsabilidade fiscal);
- de forma direta, com intensidade razoável e certa, com a Gestão (os municípios com menores gastos percentuais no Legislativo tendem a ter maior Gestão);

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

- de forma direta, mas fraca e sem total certeza, com a responsabilidade social (não existe relação definida entre gasto no legislativo e responsabilidade social);
- de forma direta, de maneira razoável e certa, com o índice geral (os municípios que gastam menos com o legislativo tendem a ter melhor performance geral);

**f) “Esforço para Investimentos” relaciona-se:**

- de forma direta, embora fraca e certa, com o índice de responsabilidade fiscal (os municípios com maiores gastos em investimentos tendem a ter maior responsabilidade fiscal);
- de forma direta e certa, com elevada intensidade, com a Gestão (os municípios com maiores gastos percentuais em Investimentos tendem a ter maior Gestão);
- de forma direta e certa, embora de forma fraca, com a responsabilidade social (municípios que investem tendem também a ter também maior responsabilidade social);
- de forma direta, forte e certa, com o índice geral (os municípios que gastam mais em investimentos tendem a ter melhor performance geral);

**g) “Diminuição do custeio da máquina” relaciona-se:**

- de forma inversa, embora fraca e certa, com o índice de responsabilidade fiscal (os municípios com maiores gastos no custeio da máquina tendem a ter menor responsabilidade fiscal);
- de forma direta e certa, com razoável intensidade, com a Gestão (os municípios com menores gastos percentuais no Custeio da Máquina tendem a ter maior Gestão);
- de forma fraca e incerta com a responsabilidade social (não existe uma relação definida entre custeio da máquina e responsabilidade social);
- de forma direta e certa, embora fraca, com o índice geral (os municípios com menores custeios da máquina tendem a ter melhor performance geral);

**h) “Gastos percentuais em Educação” relaciona-se:**

- de forma inversa, embora fraca e certa, com o índice de responsabilidade fiscal (os municípios com maiores gastos na função de educação tendem a ter maiores dificuldades no cumprimento da responsabilidade fiscal);
- de forma inversa, embora muito fraca e certa, com a Gestão (os municípios com maiores gastos percentuais em Educação tendem a ter leve performance melhor na Gestão);
- de forma direta e certa, embora com intensidade razoável, com o a responsabilidade social;
- de forma direta e certa, embora muito fraca, com o índice geral (os municípios com maiores gastos percentuais em educação tendem a ter leve melhora na performance geral);

**i) “Matrículas per capita” relaciona-se:**

- de forma direta, embora fraca e certa, com o índice de responsabilidade fiscal (os municípios com maior densidade de matrículas per capita tendem a ter melhor responsabilidade fiscal);
- de forma inversa, embora muito fraca e certa, com a Gestão (os municípios com maior quantidade de matrículas per capita tendem a ter maiores dificuldades em relação à Gestão);
- de forma direta e certa, embora com intensidade razoável, com a responsabilidade social;
- de forma direta e certa, embora muito fraca, com o índice geral (os municípios com maiores quantidades de matrículas per capita tendem a ter leve melhora na performance geral);

**j) “Menores Taxas de Abandono Escolar” relaciona-se:**

- de forma direta, embora fraca e certa, com o índice de responsabilidade fiscal (os municípios com maior controle do abandono escolar tendem a ter melhor responsabilidade fiscal);
- de forma direta, embora fraca e certa, com a Gestão (os municípios com maior controle do abandono escolar tendem a ter melhor Gestão);
- de forma direta e certa, embora com intensidade razoável, com a responsabilidade social;
- de forma direta e certa, com intensidade razoável, com o índice geral (os municípios com maior controle da taxa de abandono escolar tendem a ter melhores performances gerais);

**k) “Médias de consultas médicas” relaciona-se:**

- não se relaciona, de forma definida, com responsabilidade fiscal;
- de forma indireta e certa, embora de forma muito fraca, com Gestão (os municípios com maiores médias de consultas médicas tendem a ter menor Gestão);

- de forma indireta e certa, embora de forma muito fraca, com a responsabilidade social (os municípios com maiores médias de consultas médicas tendem a ter menor responsabilidade social);
- de forma indireta e certa, embora de forma muito fraca, com o índice geral (os municípios com maiores médias de consultas médicas tendem a ter menores índices gerais);

**l) “Cobertura Vacinal” relaciona-se:**

- de forma levemente positiva, mas incerta, com a responsabilidade fiscal;
- de forma indireta e certa, embora de forma muito fraca, com Gestão (os municípios com maiores coberturas vacinais tendem a ter menor Gestão);
- de forma direta e certa, com razoável intensidade, com a responsabilidade social (os municípios com maiores coberturas vacinais tendem a ter maior responsabilidade social);
- de forma direta e certa, embora de forma muito fraca, com o índice geral (os municípios com maiores coberturas vacinais tendem a ter maiores índices gerais);

**m) “Gastos percentuais com saúde e saneamento” relaciona-se:**

- de forma levemente negativa, mas certa, com a responsabilidade fiscal;
- de forma levemente positiva, mas certa, com Gestão (os municípios com maiores gastos em saúde e saneamento tendem a ter maior Gestão);
- de forma direta, razoavelmente forte, e certa, com a responsabilidade social (os municípios com maiores gastos em saúde e saneamento a ter maior responsabilidade social);
- de forma direta e certa, embora de forma relativamente fraca, com o índice geral (os municípios com maiores gastos em saúde e saneamento tendem a ter maiores índices gerais);

### Associações entre Indicadores

	Endividamento	Suficiência de Caixa	Despesa Pessoal	Gasto Legislativo	Legislativo / RCL	Investimento / Desp Cor	Custo da Máquina	Educação / RCL	Matric / Popul	Taxa Aband Escolar	Méd Cons Médicas	Cobert vacinal	Saúde + sanem / RCL*
Endividamento	1,00	0,689 **	0,187 **	-0,102 **	0,107 **	0,101 **	0,052 **	0,007	0,041 **	0,100 **	0,010	0,022	-0,042 **
Suficiência de Caixa	0,689 **	1,00	0,145 **	-0,071 **	0,135	0,091 **	0,099**	-0,116 **	-0,093 **	0,187 **	-0,013	-0,012	-0,027
Despesa Pessoal	0,187 **	0,145 **	1,00	-0,137 **	0,114	0,253 **	-0,338**	-0,127 **	0,117 **	-0,028	0,000	0,037 *	-0,124 **
Gasto Legislativo	-0,102 **	-0,071 **	-0,137 **	1,00	0,064	-0,032 *	-0,086 **	0,303 **	0,006	-0,186 **	0,073 *	-0,236 **	-0,076 **
Legislativo / RCL	0,107 **	0,135	0,114	0,064	1,00	0,114 **	-0,001	- 0,022	-0,086 **	0,219 **	-0,040 *	-0,094 **	0,003
Invest. / Desp Cor	0,101 **	0,091 **	0,253 **	-0,032 *	0,114 **	1,00	0,012	0,024	-0,010	0,052 **	-0,015	0,001	0,122 **
Custo da Máquina	0,052 **	0,099**	-0,338**	-0,086 **	-0,001	0,012	1,00	0,086	-0,112 **	0,177 **	-0,013	0,011	-0,008 **
Educação / RCL	0,007	-0,116 **	-0,127 **	0,303 **	- 0,022	0,024	0,086	1,00	0,038 **	-0,370	0,125 **	-0,072 **	-0,128 **
Matric / Popul	0,041 **	-0,093 **	0,117 **	0,006	-0,086 **	-0,010	-0,112 **	0,038 **	1,00	-0,432	0,062**	0,064 **	-0,183 **
Taxa Aband Escolar	0,100 **	0,187 **	-0,028	-0,186 **	0,219 **	0,052 **	0,177 **	-0,370	-0,432	1,00	-0,140 **	0,020	0,167 **
Méd Cons Médicas	0,041 **	-0,013	0,000	0,073 *	-0,040 *	-0,015	-0,013	0,125 **	0,062**	-0,140 **	1,00	-0,023	-0,030 *
Cobert vacinal	0,100 **	-0,012	0,037 *	-0,236 **	-0,094 **	0,001	0,011	-0,072 **	0,064 **	0,020	-0,023	1,00	0,062
Saúde + sanem / RCL*	0,010	-0,027	-0,124 **	-0,076 **	0,003	0,122 **	-0,008 **	-0,128 **	-0,183 **	0,167 **	-0,030 *	0,062	1,00

\* Significância ao nível de 5%

\*\* Significância ao nível de 1%

**O quadro de resultados obtidos pela técnica estatística de correlações entre os indicadores permite indicar alguns achados importantes:**

**a) “Menor endividamento de Municípios” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com suficiência de caixa, menores gastos percentuais com pessoal, menores taxas de abandono escolar, maior capacidade de investimento, menor gasto percentual com legislativo, maior cobertura vacinal;
- de forma inversa e certa com maiores gastos per capita do legislativo;

**b) “Suficiência de Caixa” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com menores despesas percentuais de pessoal, menor taxa de abandono escolar;
- de forma inversa e certa com gastos percentuais com educação;

**c) “Menores despesas de pessoal” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com menor endividamento, maior suficiência de caixa, maior capacidade de investimento, maior quantidade de matrículas;
- de forma inversa e certa com gastos per capita com legislativo, custeio da máquina, gastos percentuais com educação;

**d) “Menores Gastos per capita com Legislativo” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com percentual gasto com educação;
- de forma inversa e certa com menor endividamento, menor percentual de despesa com pessoal, menores taxas de abandono escolar;

**e) “Menores Gastos Percentuais com Legislativo” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com menor endividamento, maiores investimentos, menor taxa de abandono escolar;

**f) “Investimentos” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com menor endividamento, maior suficiência de caixa, menores despesas percentuais de pessoal, menores gastos percentuais com legislativo, maiores despesas com saúde e saneamento;

**g) “Menor Custeio da Máquina” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com menor taxa de abandono escolar;
- de forma inversa e certa com menores despesas percentuais de pessoal, quantidade de matrículas escolares;

**h) “Percentual gasto com Educação” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com maiores médias de consultas médicas;
- de forma inversa e certa com suficiência de caixa, despesas percentuais com pessoal, percentual gasto com saúde e saneamento;

**i) “Quantidades de Matrículas Escolares” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com menores despesas de pessoal e percentual gasto com educação;
- de forma inversa e certa com suficiência de caixa, gastos percentuais com legislativo, menores custeio da máquina, gastos percentuais com saúde e saneamento;

**j) “Menores taxas de abandono escolar” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com menor endividamento, suficiência de caixa, menores gastos percentuais com legislativo, menor custeio da máquina, maiores percentuais com saúde e saneamento;
- de forma inversa e certa com gasto per capita do legislativo, suficiência de caixa, despesas percentuais com pessoal, percentual gasto com saúde e saneamento;

**k) “Médias de Consultas Médicas” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com percentual gasto com educação, quantidade de matrículas;
- de forma inversa e certa com menores taxas de abandono escolar;

**l) “Cobertura vacinal” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com quantidades de matrículas escolares, gastos com saúde e saneamento;
- de forma inversa e certa com gastos per capita com legislativo, percentual gasto com educação;

**m) “Gastos percentuais com saúde e saneamento” relaciona-se mais intensivamente:**

- de forma direta e certa com investimentos, menores taxas de abandono escolar;
- de forma inversa e certa com percentuais de despesas com pessoal, gastos per capita do legislativo, percentual gasto com educação, quantidades de matrículas escolares

**Algumas conclusões implícitas nos resultados:**

- a) disputas entre as funções de educação e saúde-saneamento;
- b) maiores gastos do legislativo implicam em menores investimentos e gastos com saúde e educação, assim como menores resultados na área social
- c) gastos mais adequados em pessoal e legislativo se refletem em melhores resultados sociais



### Quadro de Médias dos Índices e Indicadores por Porte Populacional

Porte	Endividamento	Suficiência de Caixa	Gasto de Pessoal	INDICE FISCAL	Custeio da Máquina	Gasto do Legislativo	Investimentos	INDICE DE GESTÃO	Saúde	Educação	INDICE SOCIAL	IRFS Geral
Até 5.000 hab	0,538	0,513	0,531	0,527	0,530	0,445	0,396	0,457	0,526	0,516	0,521	0,505
de 5.001 a 20.000 hab	0,516	0,500	0,498	0,505	0,522	0,528	0,381	0,477	0,484	0,527	0,506	0,496
de 20.001 a 100.000 hab	0,516	0,506	0,481	0,501	0,499	0,573	0,381	0,484	0,457	0,516	0,486	0,493
de 100.001 a 500.000 hab	0,488	0,503	0,468	0,486	0,419	0,600	0,439	0,486	0,480	0,464	0,472	0,483
Mais de 500.000 hab	0,444	0,500	0,470	0,472	0,344	0,606	0,385	0,445	0,482	0,372	0,427	0,455
<b>Total</b>	<b>0,520</b>	<b>0,505</b>	<b>0,500</b>	<b>0,508</b>	<b>0,512</b>	<b>0,522</b>	<b>0,387</b>	<b>0,474</b>	<b>0,488</b>	<b>0,518</b>	<b>0,503</b>	<b>0,497</b>

#### Conclusões:

- o desempenho do índice fiscal e dos respectivos indicadores componentes é inversamente proporcional ao porte dos municípios; quanto menores, mais responsabilmente cumprem as obrigações fiscais;
- quanto menores, menor tende a ser o custeio da máquina administrativa de prefeituras;
- o custo do legislativo é inversamente proporcional ao porte populacional dos municípios;
- os municípios que mais investem estão na faixa de 100 a 500 mil habitantes;
- não há tendência definida em termos de eficiência de gestão de municípios, para as diferentes faixas populacionais;
- os municípios bem pequenos tem maior enfoque para a saúde;
- os municípios menores, nas faixas de população menores eu 100 mil habitantes, tem maior enfoque para a educação;
- o índice social é inversamente proporcional ao tamanho dos municípios;

### Quadro de Médias dos Índices e Indicadores das Capitais

Município	Endividamento	Suficiência de Caixa	Gasto de Pessoal	ÍNDICE FISCAL	Custeio da Máquina	Gasto do Legislativo	Investimentos	ÍNDICE GESTÃO	Saúde	Educação	ÍNDICE SOCIAL	IRFS Geral	Ranking IRFS
Rio Branco/AC	0,471	0,496	0,395	0,454	0,523	0,498	0,517	0,513	0,498	0,380	0,439	0,469	8
Maceió/AL	0,344	0,219	0,476	0,346	0,230	0,589	0,515	0,444	0,398	0,332	0,365	0,380	25
Manaus/AM	0,494	0,494	0,408	0,465	0,589	0,617	0,426	0,544	0,455	0,456	0,455	0,487	5
Macapá/AP	0,476	0,483	0,472	0,477	0,317	0,548	0,373	0,412	0,395	0,444	0,419	0,446	13
Salvador/BA	0,222	0,426	0,581	0,410	0,161	0,717	0,513	0,464	0,417	0,276	0,347	0,413	22
Fortaleza/CE	0,549	0,498	0,534	0,527	0,340	0,000	0,505	0,282	0,487	0,194	0,341	0,416	21
Vitória/ES	0,490	0,526	0,522	0,513	0,429	0,476	0,548	0,484	0,472	0,446	0,459	0,493	3
Goiânia/GO	0,516	0,478	0,545	0,513	0,154	0,545	0,205	0,301	0,506	0,268	0,387	0,424	18
São Luís/MA	0,507	0,475	0,564	0,515	0,249	0,687	0,199	0,379	0,515	0,364	0,439	0,459	10
Belo Horizonte/MG	0,435	0,441	0,466	0,447	0,346	0,685	0,505	0,512	0,521	0,312	0,417	0,461	9
Campo Grande/MS	0,491	0,528	0,577	0,532	0,276	0,680	0,575	0,510	0,490	0,450	0,470	0,513	2
Cuiabá/MT	0,320	0,452	0,390	0,387	0,324	0,514	0,329	0,389	0,461	0,329	0,395	0,389	24
Belém/PA	0,539	0,507	0,503	0,516	0,210	0,732	0,509	0,484	0,507	0,192	0,349	0,473	7
João Pessoa/PB	0,490	0,500	0,268	0,420	0,112	0,694	0,160	0,322	0,786	0,372	0,579	0,422	19
Recife/PE	0,468	0,545	0,498	0,504	0,234	0,540	0,264	0,346	0,414	0,306	0,360	0,428	17
Teresina/PI	0,504	0,527	0,503	0,511	0,314	0,693	0,323	0,444	0,583	0,419	0,501	0,489	4
Curitiba/PR	0,482	0,495	0,750	0,576	0,089	0,705	0,174	0,323	0,338	0,382	0,360	0,457	11
Rio de Janeiro/RJ	0,361	0,612	0,376	0,450	0,545	0,523	0,474	0,514	0,362	0,258	0,310	0,441	14
Natal/RN	0,491	0,490	0,484	0,488	0,366	0,588	0,314	0,423	0,306	0,308	0,307	0,432	16
Porto Velho/RO	0,261	0,562	0,465	0,429	0,505	0,647	0,528	0,560	0,393	0,303	0,348	0,452	12
Boa Vista/RR	0,531	0,493	0,410	0,478	0,490	0,470	0,581	0,514	0,444	0,394	0,419	0,477	6
Porto Alegre/RS	0,458	0,497	0,316	0,424	0,432	0,628	0,330	0,464	0,477	0,205	0,341	0,419	20
Florianópolis/SC	0,457	0,467	0,418	0,447	0,402	0,496	0,417	0,438	0,323	0,483	0,403	0,436	15
São Paulo/SP	0,000	0,481	0,543	0,341	0,418	0,642	0,522	0,527	0,370	0,426	0,398	0,408	23
Palmas/TO	0,572	0,519	0,509	0,533	0,538	0,452	0,600	0,530	0,415	0,493	0,454	0,516	1

#### Conclusões e destaques:

\* Estudo desenvolvido pela equipe técnica da CNM, com a assessoria do Prof. Dr. Luis Roque Klering, da Escola de Administração da UFRGS.

- o ranking das capitais pelos respectivos desempenhos no IRFS é o seguinte, do melhor ao pior: Palmas, Campo Grande, Vitória, Teresina, Manaus, Boa Vista, Belém, Rio Branco, Belo Horizonte, São Luís, Curitiba, Porto Velho, Macapá, Rio de Janeiro, Florianópolis, Natal, Recife, Goiânia, João Pessoa, Porto Alegre, Fortaleza, Salvador, São Paulo, Cuiabá e Maceió;
- São Paulo possui o pior indicador de endividamento entre as capitais e municípios do Brasil;
- Curitiba possui um excelente indicador de pessoal;
- Rio de Janeiro possui um bom indicador de suficiência de caixa;
- Salvador possui um péssimo indicador de custeio da máquina administrativa;
- Fortaleza possui o pior indicador de gastos do legislativo, entre as capitais e municípios do Brasil;
- João Pessoa e Curitiba possuem péssimos indicadores de investimento;
- João Pessoa possui um excelente indicador de saúde.

### Quadro de médias dos Índices e Indicadores de Capitais e Interior

capital X Interior	Endividamento	Suficiência de Caixa	Pessoal	ÍNDICE FISCAL	Custeio da Máquina	Legislativo	Investimentos	ÍNDICE GESTÃO	Saúde	Educação	ÍNDICE SOCIAL	IRFS Geral
Capitais	0,437	0,488	0,479	0,468	0,344	0,575	0,416	0,445	0,453	0,352	0,403	0,448
Não capitais	0,520	0,505	0,500	0,508	0,513	0,522	0,387	0,474	0,488	0,519	0,503	0,497
Média global	0,520	0,505	0,500	0,508	0,512	0,522	0,387	0,474	0,488	0,518	0,503	0,497

#### Conclusões e destaques:

- todos os índices (fiscal, de gestão e social) das capitais são inferiores aos índices dos demais municípios não-capitais;
- com exceção dos indicadores de gastos do legislativo e de investimentos, todos os indicadores das capitais são inferiores aos indicadores dos demais municípios não-capitais

